



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS

Relatório Final de Atividades
PIBIC/CNPq - BIP/UFSC 2011/2012

**COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE
SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

AUTOR: Bruna Boni Lavratti (Janeiro/12 a Agosto/12)
Rayana de Azevedo Peled (Agosto/11 a Dezembro/11)
Graduação em Ciências Econômicas

ORIENTADOR: Prof^o Lauro Mattei
Centro Sócio Econômico – Departamento de Ciências Econômicas

Assinatura do Aluno

Assinatura do Professor Orientador

Florianópolis, julho de 2012.

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

RESUMO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças estruturais tais como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados. Essas transformações caracterizaram a fase capitalista conhecida como o “período de globalização” na qual ocorre a reestruturação do sistema produtivo. O capitalismo contemporâneo resulta na precarização das relações de trabalho e na redução de postos de emprego pelas empresas, que sob a égide da globalização e do receituário neoliberal, passam a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível de forma a reduzir os custos produtivos e garantir sua participação no mercado. As políticas adotadas pelo Brasil a partir da década de 1990 visavam enquadrar a economia nacional ao cenário global de mudanças, que atingiram com mais intensidade os países periféricos. O estudo objetivou estudar as modificações estruturais sobre o mercado de trabalho catarinense que, assim como se verifica em âmbito global, vem sofrendo uma queda do emprego formal em diversos setores.

A pesquisa baseou-se quantitativamente nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) respectivamente. Para dar suporte a parte qualitativa da pesquisa foi realizada uma revisão e pesquisa bibliográfica acerca do mundo do trabalho. Com os resultados obtidos através do estudo do mercado de trabalho catarinense verificou-se que a partir dos anos 2000 a economia dá sinais de recuperação com redução da taxa de desemprego, houve também um aumento dos postos formais de trabalho e um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; reestruturação produtiva; Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo identificar e analisar essas transformações estruturais ocorridas no mercado de trabalho catarinense e seu comportamento na primeira década do século XXI. Além de apresentar uma breve revisão bibliográfica das transformações ocorridas no mundo e seus reflexos no Brasil e em Santa Catarina, o relatório final de pesquisa analisa o que vem acontecendo com a dinâmica do emprego

catarinense, a contribuição dos ramos de atividade e das mesorregiões, além de analisar a dinâmica do desemprego no Brasil e em Santa Catarina, bem como o comportamento do mercado formal catarinense. A qualificação desta última parte se dará por meio do uso de variáveis-chaves, como é o caso da distribuição por gênero, por setores de atividade e por faixas de remuneração. Esta seção introdutória, além de contemplar a revisão bibliográfica, é composta pela justificativa do trabalho e pelos objetivos específicos da pesquisa.

1.1 REVISÃO BOBLIOGRÁFICA

1.1.1 Reestruturação Produtiva no Mundo

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, essas transformações caracterizam o período de globalização econômica. A mudança do modo de produção aliado ao outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, abertura comercial, a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visa reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se insere na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês *just in time*, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços.

O novo modelo de produção flexível tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos padrões de desenvolvimento desigual, isso pode se observar tanto entre os setores como também entre as regiões geográficas, segundo Harvey (1992) isso cria um grande movimento no emprego no setor de serviços. Do

ponto de vista do trabalhador nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina/um trabalhador e passa a operar várias máquinas, há uma flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A Terceira Revolução Tecnológica foi desencadeada pelo Japão, a reestruturação industrial, a produção em pequena escala de vários modelos de produto e o aumento da intensificação do trabalho são as características desse novo modo de produção. Essa reestruturação, no entanto, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, pág. 34).

Os programas de reformas macroeconômicas, realizadas nos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o FMI e o BIRD, contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas: contratos de trabalho temporário; contratos com encargos sociais reduzidos; flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

A globalização econômica, amparada pelo neoliberalismo, vai significar um processo de interligação das economias possibilitando uma internacionalização destas. O fluxo comercial e de informações entre os mercados vai ser, em muito, acelerado pelas constantes inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e informática que possibilitam maior mobilidade do capital produtivo, comercial e financeiro.

Com o processo de globalização, houve uma reestruturação produtiva das empresas transacionais que gerou uma nova divisão internacional do trabalho. A ampliação da atuação das empresas transnacionais, através do deslocamento de plantas industriais para países onde os custos são menores, trouxe benefícios à estes países, no entanto, ainda que o governo dê subsídios a essas transnacionais, não se tem garantia de que elas permanecerão no país, pois podem existir outros países que ofereçam mais subsídios e mão-de-obra mais barata. Por outro lado, as transnacionais provocam uma concentração de renda ainda maior e uma redução na demanda interna dessas economias periféricas (CARDOSO, 2004).

É fato que o sistema capitalista gera desigualdades, essas desigualdades percorrem também o mundo do trabalho e impactam na sua distribuição. Para Pochmann (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância

como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e de mobilidade da mão-de-obra, esses fatores podem explicar o motivo de uns países serem mais ricos que outros. Outra concepção da distribuição espacial do trabalho é a de repartição própria da lógica capitalista, onde a economia mundial está dividida em classes e há uma hierarquização das economias, a Divisão Internacional do Trabalho seria obra dessa desigual distribuição de poder no mundo. No entanto, prevalece a última interpretação (POCHMANN, 2001).

Entendendo a economia capitalista mundial como sendo uma relação estruturada entre centro e periferia, a divisão espacial do trabalho no mundo estaria atrelada a esta relação. O centro representa o poder, é onde as atividades de controle do excedente e a produção e difusão de novas tecnologias se desenvolvem. A periferia é subordinada às lógicas capitalistas do centro e dependente de sua tecnologia, financiamento e crédito. Mais tarde foi criado o conceito de semi-periferia, que não é tão subordinada como a periferia e não tem tanto poder como o centro, é um meio termo.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje, onde de um lado os países semiperiféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia, mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia e onde as atividades são insalubres e poluidoras e de outro os países centro onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção.

Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos, portanto, os que mais sofrem os efeitos da globalização, em função da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. A nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos, quanto no interior dos vários grupos de países.

As mudanças estruturais ocorridas no mundo vão se refletir no Brasil, portanto o processo de reestruturação produtiva brasileira ocorrerá à luz da reestruturação produtiva ocorrida no mundo.

Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção, todavia a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo, esta perda pode ser

explicada pelos efeitos que sofreu com a globalização e com as políticas macroeconômicas adotadas nesta época.

1.1.2 A Reestruturação Produtiva no Brasil

Segundo Mattei et al (2012), “a crise da economia [...] abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do modelo neoliberal no Brasil.” As políticas econômicas influenciadas por este modelo estimulavam a desregulamentação dos mercados, durante a década de 1990 ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, abertura comercial no Governo Collor, que intensificou a concorrência impulsionando a reestruturação das empresas nacionais, que se seguiu no Governo FHC, com a privatização das empresas estatais. Essas políticas econômicas visavam colocar o país no prumo da globalização e da reestruturação produtiva iniciada nos países desenvolvidos.

Com a abertura econômica as importações aumentaram, impactando negativamente sobre as indústrias nascentes que não estavam preparadas para a concorrência internacional. A partir deste período houve também uma reformulação das funções do Estado. Estes fatores de ordem política e econômica contribuíram para a redução dos empregos em geral, inclusive dos postos qualificados, o que significou um retrocesso no desenvolvimento do país. A partir da década de 1980 “observa-se um crescimento da taxa de desemprego, ao mesmo tempo em que ocorre uma estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais como fonte de absorção de mão-de-obra” (IPEA, 2006a, p.401).

No Brasil, a reestruturação produtiva chegou apenas nos anos 1990, década marcada pela hiperinflação e pela instabilidade econômica. Com o intuito de resolver tais problemas, o Governo Collor vai implantar o Plano Collor I o qual é fortemente influenciado pela ideologia neoliberal. No entanto, ao invés de resolver os problemas, promoveu uma recessão econômica e ainda enfraqueceu a indústria nascente, que não estava preparada para a concorrência internacional provocada pela abertura econômica (POCHMANN, 2001; MATTEI et al, 2012).

No final de 1991 o governo aplica um choque monetário e creditício, o que fez com que os juros se elevassem, diminuindo ainda mais, o investimento e o PIB brasileiro, que voltaram a crescer em 1993 quando a taxa de juros caiu. O desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não reduziu, em 1993, com o aumento

do PIB. Em toda essa década a geração de emprego não respondeu ao crescimento do PIB do país, a explicação para tal evento, segundo Cardoso (2004), é a abertura econômica e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial.

Ao longo da década de 1990 foi se reduzindo as tarifas às importações, o que fez com que a produção doméstica fosse substituída pelos produtos importados, isso impactou negativamente na capacidade de geração de emprego. Após 1994, com o Plano Real, esse processo de aumento das importações se intensificou devido à sobrevalorização cambial, a partir deste ano o Brasil teve constantes déficits comerciais, o saldo da balança comercial só voltou a ser positivo no ano de 2001, sendo que o real já estava sofrendo desvalorização cambial desde 1999, desestimulando as importações frente às exportações (BALTAR, 2010).

A entrada facilitada de importados contribuiu para a atualização tecnológica das indústrias no Brasil e, por consequência, para os ganhos de produtividade, esse também é um fator que pode explicar a menor geração de empregos, visto que os incrementos em tecnologia são poupadores de mão-de-obra.

As grandes empresas diminuíram o emprego na década de 1990, reagindo à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal, mas voltaram a empregar depois de 1999 e continuaram a ampliar o emprego com a expansão vigorosa das exportações, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho, se deu em período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores. Este governo também deu início ao processo de privatizações das empresas estatais que tinham importante papel estratégico no país, esse processo se deu devido ao receituário neoliberal que adotaram os governos a partir dos anos 1980, onde passaram a ser questionadas as funções do Estado (CARDOSO, 2004).

Essas mudanças no mercado de trabalho refletem a diminuição da participação das grandes empresas e órgãos públicos na absorção dos trabalhadores por conta-alheia que foram agravadas pela terceirização das atividades antes realizadas por empregados dessas empresas e órgãos públicos. A ampliação do uso de terceiros responde pelo

imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta-própria. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, mas o processo é lento não somente porque tem sido muito limitado o crescimento da economia, mas também porque a população economicamente ativa ainda cresce muito rápido no Brasil, devido à continuidade do aumento da participação feminina na atividade econômica (BALTAR, 2010).

Depois de 1999, as tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas. A taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observa-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos posto de trabalho que vem crescendo com certa intensidade(BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais voltados a combater a miséria, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Para Proni (2011), “a recuperação da economia e a estabilidade macroeconômica devem ser entendidas como condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma geração adequada de empregos, uma elevação significativa do poder de compra dos salários e uma redução expressiva da miséria e das desigualdades sociais” (PRONI, 2011, pág. 22). Portanto, é necessário que se preserve e amplie as iniciativas no campo da regulação do mercado de trabalho, do fortalecimento da ação sindical, da redistribuição de renda e da universalização da proteção social, no Governo Dilma.

1.2 Justificativa

As conseqüências sobre a economia e as relações de trabalho causadas pelo fim do amparo do Estado como promotor do desenvolvimento e pela abertura comercial e os planos de estabilização econômica, também atingiram o estado de Santa Catarina. Com uma estrutura produtiva diversificada, com forte participação no setor agrário exportador e expressiva produção industrial, descentralizada e possuidora de um grau de formalização relativamente alto em relação às outras regiões brasileiras, o estado acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional.

Assim, justifica-se um estudo que analise e identifique o comportamento do mercado de trabalho no Estado de Santa Catarina, enfocando, primordialmente, os aspectos relacionados às transformações estruturais.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivos geral e específicos

O projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as transformações estruturais do mundo do trabalho no estado de Santa Catarina no início do Século XXI, tendo como pressuposto básico que estas mudanças estão diretamente relacionadas à conjuntura econômica e política nacional, a qual determinou novos contornos ao mercado de trabalho do país. Assim sendo, o estudo concentrará seus esforços visando compreender, simultaneamente, as distintas questões que envolvem o comportamento do mercado de trabalho catarinense em seu conjunto e àquelas questões específicas relacionadas aos distintos setores de atividades.

No caso do comportamento geral do mercado de trabalho do estado, a pesquisa procurará caracterizar a evolução da estrutura ocupacional em termos da distribuição da população economicamente ativa; da participação dos diferentes ramos de produção na geração global de emprego, além de analisar o comportamento de alguns indicadores que condicionam a dinâmica do mercado de trabalho, como por exemplo, o nível de renda. Com isso, será possível observar se o trabalho catarinense está ou não apresentando a mesma dinâmica observada recentemente no país. Além disso, o estudo analisará o comportamento das taxas de desemprego do Brasil e de Santa Catarina, procurando identificar se o estado segue a mesma tendência da taxa de desemprego aberto do país.

Este objetivo geral se desdobrará nos seguintes objetivos específicos:

- a) a construção e análise de séries históricas sobre a dinâmica da PEA Catarinense;
- b) a construção e análise de séries históricas sobre a evolução da participação dos ramos de atividades no conjunto do emprego do estado, bem como da contribuição das diversas mesorregiões;

c) a construção e análise de séries históricas sobre indicadores de desemprego, procurando identificar os distintos gargalos setoriais;

d) a identificação de possíveis impactos da reestruturação produtiva sobre o conjunto do emprego catarinense, discutindo as principais tendências do trabalho no estado de Santa Catarina.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada caracteriza o presente projeto como um estudo analítico-descritivo, uma vez que seus objetivos estabelecem uma orientação fundamentada em pressupostos humanistas, através da adoção do método qualitativo. Tal enfoque leva ao entendimento dos fenômenos relativos às mudanças no mercado de trabalho sob a perspectiva do comportamento e interação entre atores e agentes econômicos. Neste caso, destaca-se que a pesquisa de cunho qualitativo envolve a “obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58).

Considerando-se essa linha argumentativa, o estudo será delineado para abranger tanto a pesquisa bibliográfica e documental como a pesquisa empírica. A pesquisa documental será realizada a partir da sistematização de informações e estudos consagrados na literatura especializada. Neste caso, serão tomados como referência os trabalhos realizados por pesquisadores de órgãos governamentais, bem como trabalhos acadêmicos e obras publicadas dos demais pares envolvidos com a temática do mundo do trabalho em outras unidades de ensino e de pesquisa.

Já a parte empírica inclui a coleta e análise de dados quantitativos, com a finalidade de auxiliar na compreensão dos fenômenos relacionados ao mundo do trabalho contemporâneo. Neste caso, as referências serão as informações geradas pelas PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) e pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), as quais estão sendo largamente usadas por todos os pesquisadores e estudiosos do mercado de trabalho brasileiro.

Assim, as informações sobre emprego em Santa Catarina levarão em consideração as mudanças metodológicas deste importante instrumento estatístico. Os

dados das PNADs publicados a partir de 1992 contêm diversas outras modificações que impossibilitam uma comparação direta com os períodos anteriores. Dentre as principais alterações, destacam-se a inclusão no universo da população economicamente ativa das pessoas que se dedicam à produção para o auto-consumo ou à construção para o próprio uso, além daquelas pessoas que declararam trabalhar, na semana de referência, menos de 15 horas semanais como trabalhadores não-remunerados. Em 2001 os dados das PNADs passaram por uma revisão metodológica, que buscou ampliar o conhecimento da população ocupada e desocupada, sendo esta última a tomada de providências efetivas à procura de trabalho, foram consideradas ações como: contato estabelecido com empregadores, prestação de concurso, inscrição em concurso, consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar, entre outras. Esta é a principal razão que justifica o estudo restringir seu horizonte de análise a partir dos anos de 2000.

Finalmente, menciona-se que para verificar as possíveis tendências do mercado de trabalho catarinense (tanto geral como formal) será utilizado um modelo econométrico simples chamado *modelo semilog*, visando calcular a taxas de crescimento dos indicadores ao longo do tempo, bem como interpretar a consistência das referidas taxas. A fórmula de cálculo é $(\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t)$, conforme Gujarati (2000).

3 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

3.1 A dinâmica da população economicamente ativa catarinense

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2002 e 2009 analisaram-se algumas informações gerais, conforme tabela 1. Em 2002 Santa Catarina possuía 3 milhões de pessoas economicamente ativa (PEA), que representava 66,1% da sua população em idade ativa. Em 2009 essa participação aumentou levemente para 67,4% com 3,6 milhões de pessoas economicamente ativas.

Em relação ao nível de ocupação, em 2002 o estado contava com 95,5% da PEA ocupada que correspondia a 2,9 milhões de ocupados. Em 2009 essa proporção teve queda de 0,8 pontos percentuais, com 3,4 milhões de ocupados. A PEA ocupada cresceu a uma taxa média de 2,1% entre os anos de 2002 e 2009. Em contrapartida, a

participação dos desocupados sobre a PEA catarinense passou de 4,5% em 2002 para 5,3% em 2009.

Tabela 1: Evolução da População em Idade Ativa, da Não Economicamente Ativa, da Economicamente Ativa e da condição de ocupação. SC, 2002 e 2009.

ANO	2002	%	2009	%	%aa
PIA	4.654	100,0%	5.359	100,0%	2,0%
PNEA	1.577	33,9%	1.747	32,6%	1,7%
PEA	3.077	66,1%	3.612	67,4%	2,1%
PEA	3.077	100,0%	3.612	100,0%	2,1%
Ocupada	2.939	95,5%	3.421	94,7%	2,1%
desocupada	138	4,5%	191	5,3%	2,4%

Fonte: IBGE/PNAD.

Verificamos também que, entre 2002 e 2009 os desocupados cresceram a uma taxa média anual de 2,4%, portanto superior a taxa de crescimento do pessoal ocupado (2,1% ao ano). Este pequeno crescimento dos desocupados sobre a PEA catarinense pode ser explicado pela crise econômica de 2008, que reduziu o ritmo do crescimento da economia que estava em curso desde o ano de 2003.

3.2 Condição do trabalho em Santa Catarina

Com relação à posição na ocupação no trabalho principal percebemos que os empregados respondiam no ano de 2009, por 58,5% da PEA catarinense. Em termos absolutos houve um aumento de 489 novos empregados na economia no mesmo período.

Os empregados e os empregadores, são categorias mais estruturadas do mercado de trabalho, obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 4,1%, respectivamente. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI et al, 2012, pag. 8).

Tabela 2: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação, da posição na ocupação no trabalho principal e das categorias de emprego. SC, 2002 e 2009.

ANO	2002	% da PEA	2009	% da PEA	% aa
PEA	3.077	100,0%	3.612	100,0%	2,1%
Ocupada	2.939	95,5%	3.421	94,7%	2,1%
Desocupada	138	4,5%	191	5,3%	2,4%
Empregados	1.623	52,7%	2.112	58,5%	3,8%
com carteira de trabalho assinada	1.116	36,3%	1.527	42,3%	4,5%
militares e funcionários públicos estatutários	139	4,5%	192	5,3%	4,9%
outros	368	12,0%	393	10,9%	0,7%
Trabalhadores domésticos	170	5,5%	168	4,7%	0,5%
com carteira de trabalho assinada	55	1,8%	58	1,6%	2,3%
sem carteira de trabalho assinada	115	3,7%	110	3,0%	-0,5%
Conta própria	542	17,6%	591	16,4%	0,3%
Empregadores	152	4,9%	225	6,2%	4,1%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	5	0,2%	3	0,1%	-6,5%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	137	4,5%	107	3,0%	-1,5%
Não remunerados	309	10,0%	215	6,0%	-4,9%

Fonte: IBGE/PNAD.

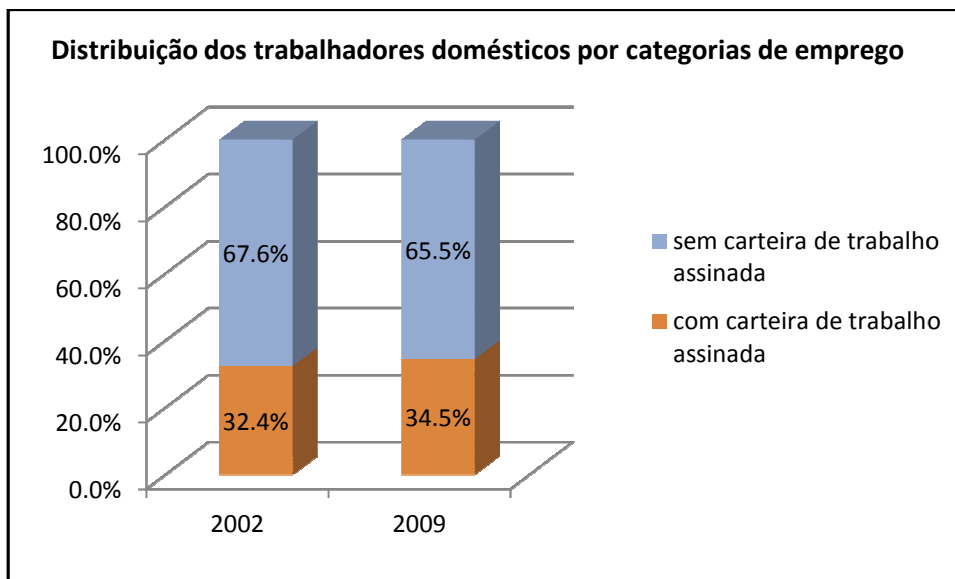
Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas pequenas, da ordem de 0,5% e 0,3% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 16,4% da PEA catarinense em 2009, apesar dessa participação ter diminuído ao longo do tempo, pois em 2002 correspondia por 17,6% da PEA. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria.

Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores na construção para próprio uso, da ordem de 6,5% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2002 representavam 4,5% da PEA catarinense, reduziram sua participação chegando em 2009 a representar apenas 3,0% do total. Os trabalhadores não remunerados também tiveram uma taxa de crescimento negativo significativa de 4,9% ao ano, representa uma proporção considerável da PEA catarinense mesmo tendo reduzido essa proporção ao longo do tempo, de 10% da PEA em 2002 para 6% da PEA em 2009. Proni (2011) afirma que a maioria desses

trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas no Brasil. Isso também corresponde ao estado de Santa Catarina.

No que tange a categorias de emprego, os empregados se encontram com uma distribuição mais bem estruturada no mercado de trabalho, sendo formado aproximadamente 80% por relações de trabalho formalizados. Entre os anos de 2002 e 2009 observou-se uma melhora nessa distribuição aumentando o percentual das categorias mais estruturadas em detrimento da redução do percentual das categorias menos estruturadas, no gráfico, designadas como *outros*, categoria que compreende os sem carteira de trabalho assinada, os escravos, entre outras categorias precárias. Os empregados com carteira assinada tiveram um aumento da sua participação de 68,8% em 2002 passaram a representar 72,3% dos empregados catarinenses em 2009. Os militares e funcionários públicos estatutários também tiveram um aumento na participação sobre os empregados catarinenses de meio ponto percentual. Por fim, como já observado anteriormente, a categoria do emprego designada como *outros*, teve sua participação reduzida sobre os empregados catarinenses, de 22,7% para 18,6% em 2009.

Gráfico1: Distribuição da categoria de emprego para os trabalhadores domésticos nos anos de 2002 e 2009.



Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração Própria.

Com relação à distribuição dos trabalhadores domésticos, observamos um mercado ainda muito precário, pois a maioria dos trabalhadores domésticos se encontrava sem carteira de trabalho assinada em 2002, realidade que se alterou pouco em 2009. Em 2002 os trabalhadores domésticos sem carteira assinada representavam 67,6%, em 2009 passaram a representar 65,5%. Em contrapartida os trabalhadores com

carteira de trabalho assinada que em 2002 representavam 32,4% dos trabalhadores domésticos catarinenses, em 2009 o percentual de carteiras assinadas aumentou para 34,5%.

3.3 Evolução da participação dos ramos de atividade

Com relação à distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade nota-se que, em 2002 a agricultura era a atividade com mais pessoas ocupadas no estado, representando 24% do total, com 706 mil ocupados. Em 2009 sua participação caiu para 17% do total, ficando com apenas 583 mil ocupados nesta atividade. A indústria de transformação cresceu a uma taxa de 2,1%, essa também é uma atividade expressiva, com 627 e 744 mil de pessoal ocupado nos anos de 2002 e 2009 respectivamente. Entretanto, no que se refere à participação no total de ocupações do estado teve um aumento de um ponto percentual, chegando a representar 22% da PEA ocupada no último ano considerado. Como um todo o segundo grande setor se manteve proporcionalmente estável no período e todo o declínio na geração de emprego do setor primário foi compensado pelo aumento da participação dos diversos ramos de atividades do terceiro grande setor, o setor de serviços.

Dentre os ramos de atividades que mais contribuíram para a geração de emprego destacam-se as atividades que tiveram a taxa de crescimento das ocupações no período mais elevada, a saber, foram a de Comércio e reparação e a de Educação, saúde e serviços sociais, é claro que a primeira com números bem mais expressivos que a outra. Sendo que em 2002 Comércio e reparação eram 16% dos ocupados, contra 7% da Educação, saúde e serviços sociais. Em 2009 as duas atividades tiveram um crescimento da participação no estado, porém enquanto a primeira teve um aumento de três pontos percentuais, a segunda aumentou apenas um ponto percentual. Ambas cresceram no período a uma taxa média anual de 4,5%.

O setor de transporte, armazenagem e comunicação foi o setor que mais cresceu neste período, a uma taxa de 5% ao ano. No entanto, além de não ter muita participação essa PEA ocupada total, se manteve constante em 4% no período abordado. A administração pública também foi um dos ramos de atividades que manteve proporcionalmente constante a 4% sua participação sobre a PEA catarinense, com uma taxa média de crescimento de 3,9% ao ano.

Tabela 3: Distribuição e percentual da PEA ocupada, por ramos de atividade. SC, 2002 e 2009.

Ramos de Atividade	2002	%	2009	%	% aa
Total	2.939	100%	3.421	100%	2,1%
Agrícola	706	24%	583	17%	-2,7%
Indústria	643	22%	764	22%	2,1%
Indústria de transformação	627	21%	744	22%	2,1%
Construção	174	6%	216	6%	2,5%
Comércio e reparação	465	16%	645	19%	4,5%
Alojamento e alimentação	81	3%	94	3%	2,2%
Transporte, armazenagem e comunicação	115	4%	143	4%	5,0%
Administração pública	113	4%	143	4%	3,9%
Educação, saúde e serviços sociais	200	7%	281	8%	4,5%
Serviços domésticos	170	6%	168	5%	0,5%
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	90	3%	135	4%	3,5%
Outras ativ., ativ. mal definidas ou não declaradas	182	6%	249	7%	4,0%

Fonte: IBGE/PNAD.

De acordo com os dados da tabela 3, verificamos então que os ramos de atividades transporte, armazenagem e comunicação e administração pública geraram emprego na mesma proporção do crescimento da PEA ocupada. Já as atividades comércio e reparação e educação, saúde e serviços sociais, mas principalmente comércio e reparação, absorveram os trabalhadores advindos de outros setores.

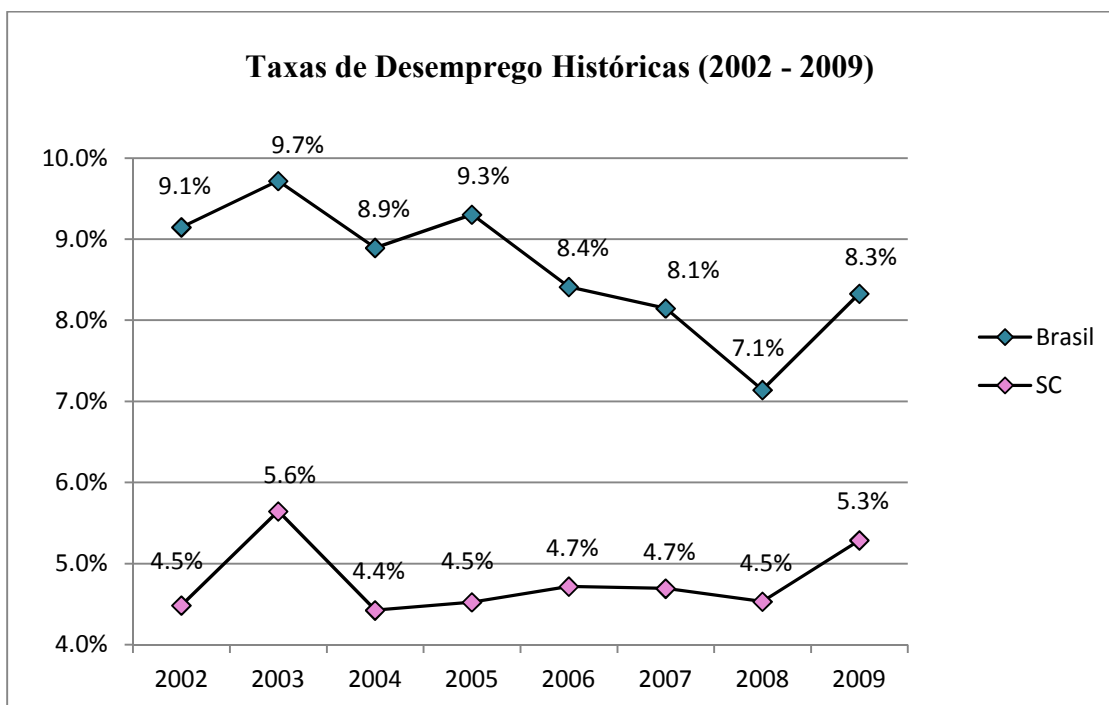
3.4 Taxas de desemprego

Segundo os dados da PNAD, a taxa de desemprego aberto de Santa Catarina era de 4,5% em 2002, passando para 5,3% em 2009. No período estudado o pico mais alto da taxa de desemprego ocorreu no ano de 2003 que chegou a taxa de 5,6%, já o pico mais baixo foi no ano seguinte, em 2004, com uma taxa de desocupação de 4,4%. Em relação à taxa de desemprego do Brasil, os números são mais preocupantes, pois a taxa mais baixa foi de 7,1% em 2008 e a taxa mais alta foi de 9,7% em 2003.

No entanto, percebe-se que apesar de mais baixa, a taxa de desemprego aberto em Santa Catarina acompanha a tendência da taxa de desemprego aberto do Brasil, ou seja, em 2003 há um aumento da taxa de desemprego brasileira acompanhado pela taxa de desemprego catarinense, assim como em outros períodos com mudanças acentuadas.

Esse aumento do desemprego em 2003 acompanhado de uma redução abaixo dos patamares de 2002 pode ser explicado pela crise econômica em 2002, os efeitos desta crise foram sentidos em 2003, onde observamos que houve um aumento acentuado da taxa de desemprego aberta tanto no Brasil como em Santa Catarina.

Gráfico 2: Taxas de desemprego históricas do Brasil e de Santa Catarina nos anos de 2002 a 2009.



Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração Própria.

O aumento da taxa de desemprego em 2009, mais acentuada para o Brasil em comparação com a taxa catarinense, pode ser explicado pela crise econômica que atingiu o sistema econômico mundial a partir do segundo semestre de 2008.

4 O mercado de trabalho formal e informal em Santa Catarina

Tendo em vista que a PEA abriga tanto o mercado formal como o mercado informal de trabalho, a Tabela 4 apresenta uma comparação entre os dados da população economicamente ativa e os postos formais de trabalho no estado de Santa Catarina entre os anos de 2002 e 2009.

Observando os dados da tabela 4 percebemos que há uma mudança significativa da participação dos postos formais na PEA catarinense. A taxa de crescimento média do emprego formal entre os anos de 2002 e 2009 foi 5,97%, portanto superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa, 2,09% ao ano. Este crescimento possibilitou que a participação dos postos formais sobre a PEA catarinense, que em 2002 era de 40,2%, chegasse a 50,9%. Com isso, podemos afirmar que mais da metade

da população economicamente ativa catarinense está incluída no mercado de trabalho formal.

Tabela 4: População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina, nos anos de 2002 e 2009 (mil pessoas).

	2002	2009	Var. absoluta	Taxa % a.a.
PEA	3.077	3.612	535	2,09%
PFT	1.236	1.838	602	5,97%
PEA - PFT	1.841	1.774	-67	
PFT/PEA	40,2%	50,9%		

Fonte: MTE/RAIS e IBGE/PNAD.

Houve um aumento de 602 mil postos de trabalho formais entre os anos de 2002 e 2009, superior ao incremento de 535 mil pessoas que passaram a ser economicamente ativas entre os anos. Isso significa que o mercado de trabalho regulamentado foi mais do que capaz de abrigar todo o crescimento da PEA catarinense nestes anos. Este incremento dos PFT acima da PEA catarinense deu condições para que 67 mil pessoas economicamente ativas saíssem do mercado informal de trabalho entre os anos de 2002 e 2009. Mesmo que estes dados representem uma melhora no mercado de trabalho catarinense, 1.774 milhões de pessoas economicamente ativas estão fora do mercado formal de trabalho no ano de 2009.

Tabela 5: Distribuição dos PFT em SC entre 2000 e 2010.

Ano	Total
2000	1.077.929
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.292.407
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
Taxa % a.a.	6,0%

Fonte: MTE/RAIS.

O número absoluto de postos de empregos formais no Estado catarinense apresentou na primeira década do século XXI uma evolução crescente. Entre 2000 e 2010 os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média anual de 6,03% a.a. O total de empregos formais do Estado aumentou sua participação absoluta de 1.077 milhões em 2000, para 1.969 milhões em 2010 totalizando um aumento de 891 mil PFT no período.

Tabela 6: Total de PFT em SC por gênero nos anos de 2000 e 2010.

Gênero	2000	%	2010	%	Tx.cresca.a
Masculino	670.149	62	1.107.594	56	5,02%
Feminino	407.780	38	862.060	44	7,49%
Total	1.077.929	100	1.969.654	100	6,03%

Fonte: MTE/RAIS.

Em 2000 cerca de 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois de uma década esta distribuição ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos mais protegidos. Assim, no ano de 2010 as mulheres ocupavam 44% do postos formais de trabalho do estado contra 56% dos homens. Mesmo que os homens ainda predominam no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, as mulheres vêm crescendo a uma taxa média de aproximadamente 7,5% ao ano, enquanto os homens crescem a uma taxa aproximada de 5% ao ano.

4.1 O mercado de trabalho formal e os setores de atividade econômica

Pela análise da tabela 7, observamos que, entre 2000 e 2010, alguns setores aumentaram mais que os outros o número de vínculos formais, apesar de a tendência ser de um crescimento do emprego formal em termos absolutos em todos os setores.

O setor de extração mineral cresceu a uma taxa média de 3,6% ao ano. Em 2000 possuía uma participação absoluta de 5,7 mil postos formais de trabalho e em 2010 passa a representar um número de 7,3 mil PFT, este é o setor com a menor parcela de PFT no estado. Seguido pelo setor de serviços industriais de utilidade pública que cresceu a uma taxa média de 3,9% no período abordado, em termos absolutos a quantidade de PFT aumentou, em 2000 possuía 11 mil chegando em 2010 com 17,3 mil PFT.

A indústria de transformação é responsável pela maior parcela dos empregos formais do estado. Passou de uma participação absoluta em 2000 de 371 mil trabalhadores para 630 mil em 2010, apresentando no período uma taxa de crescimento médio anual de 5,4%.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou grande expansão ao longo desses dez anos, com um acréscimo médio de 8,6% ao ano, demonstrando ser o setor que mais cresceu nesse período, passando de 37 mil PFT em 2000 para mais de 80 mil PFT em 2010.

Tabela 7: Distribuição dos PFT segundo setores de Santa Catarina nos anos de 2000 a 2010.

ANO	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	TOTAL
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
2006	6.299	531.464	12.302	52.822	298.070	432.335	222.588	42.574	1.598.454
2007	6.697	569.590	17.449	63.005	322.586	443.208	232.401	42.864	1.697.800
2008	7.711	581.610	17.453	75.901	344.885	481.475	225.767	42.802	1.777.604
2009	7.071	585.833	17.405	76.162	365.990	516.247	225.372	44.254	1.838.334
2010	7.377	630.596	17.322	89.045	395.888	554.063	232.258	43.105	1.969.654
Tx. % a.a	3,6%	5,4%	3,9%	8,6%	7,8%	6,5%	4,2%	3,2%	6,0%

Fonte: MTE/RAIS.

Os setores de comércio e serviços ampliaram os postos formais de trabalho no período e continuam a aumentar o número de empregos formais no estado, sendo que ambos setores cresceram acima da taxa média de crescimento estadual. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 6,5% e o comércio a uma taxa média de 7,9% ao ano. O comércio apresentava em 2000 uma participação absoluta de 181 mil PFT, número que em 2010 passa 395 mil empregos formais. O setor de serviços tem uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 287 mil em 2000 para 554 mil em 2010.

A administração pública cresceu em média 4,2% ao ano, em 2000 apresentava 153 mil PFT chegando, em 2010, com 232 mil PFT, esse crescimento dos empregos formais pode ser atribuído às políticas de expansão de gastos nas administrações públicas.

A agropecuária atingiu uma média de crescimento anual de 3,2%, sendo o setor que menos cresceu no período. O crescimento da atividade no decorrer dos 10 anos mostrou um incremento de aproximadamente 45% do nível de empregos formais existente em 2000, em termos absolutos terminou a década com 43 mil postos de empregos formais.

Em termos absolutos, como foi descrito acima, todos os setores apresentaram crescimento, no entanto quando observamos a evolução relativa dos PFT nos setores de atividade, verificamos que alguns perdem participação relativa na geração de empregos formais para outros setores da economia. A Tabela 8 nos mostra a participação relativa

de cada setor da economia na geração de empregos formais no estado entre os anos 2000 e 2010.

Tabela 8: Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade em Santa Catarina nos anos de 2000 e 2010.

ANO	2000	%	2010	%	Tx. % a.a
EXTR MINERAL	5.728	0,5%	7.377	0,4%	3,6%
IND TRANSF	371.293	34,4%	630.596	32,0%	5,4%
SERV IND UP	11.099	1,0%	17.322	0,9%	3,9%
CONSTR CIVIL	37.519	3,5%	89.045	4,5%	8,6%
COMERCIO	181.722	16,9%	395.888	20,1%	7,8%
SERVICOS	287.441	26,7%	554.063	28,1%	6,5%
ADM PUBLICA	153.262	14,2%	232.258	11,8%	4,2%
AGROPECUARIA	29.813	2,8%	43.105	2,2%	3,2%
TOTAL	1.077.929	100,0%	1.969.654	100,0%	6,0%

Fonte: MTE/RAIS.

O setor de extração mineral em 2000 possuía taxa de participação relativa de 0,5%. Em 2010 essa participação passa a representar 0,4% sendo um setor que baixou sua representatividade ao longo do período.

O setor de serviços industriais de utilidade pública passou de uma participação relativa de 1% em 2000 para 0,9% em 2010 na geração de PFT. Tal queda pode ser atribuída às privatizações que ocorreram nos anos de 1990, que reduziram os postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

Mesmo aumentando em termos absolutos o número de vínculos formais, percebe-se que na indústria de transformação houve uma redução da participação relativa no total de PFT do Estado, em 2000 o setor era responsável por 34,4% dos postos formais existentes no estado, sua participação relativa reduziu para 32% em 2010.

A participação da administração pública na composição dos empregos formais apresentou a maior queda em relação à taxa de participação das outras atividades econômicas, passando de 14,2% em 2000 para 11,8% em 2010 de participação na geração de empregos formais no estado.

A agropecuária apresentava em 2000 uma taxa de participação de 2,8% na composição dos postos formais no estado, essa taxa de participação reduziu para 2,2% em 2010.

A construção civil, o comércio e os serviços foram os setores que aumentaram sua participação relativa na composição dos postos formais do estado em detrimento da redução da taxa de participação das outras atividades econômicas na composição dos PFT. As taxas de participação relativa foram de 4,5%, 20,1% e 28,1% em 2010 para os

setores da construção civil, comércio e serviços, respectivamente, sendo o setor de comércio responsável pela absorção de grande parte dos PFT, entre 2000 e 2010 a sua taxa de participação relativa aumentou 3,2 pontos percentuais.

4.2 O mercado formal e a remuneração dos empregos formais

Com relação à distribuição dos PFT segundo as faixas de remuneração observamos que as faixas de salários mais baixas foram as que mais cresceram entre os anos de 2000 e 2010, a quantidade de PFT que recebem até um salário mínimo aumentou a uma taxa de 10,2% ao ano, os postos formais que recebiam até 1 salário eram 24.272 em 2000 chegando a 65.598 em 2010.

Tabela 9: Distribuição dos PFT segundo faixa de remuneração em Santa Catarina nos anos de 2000 e 2010.

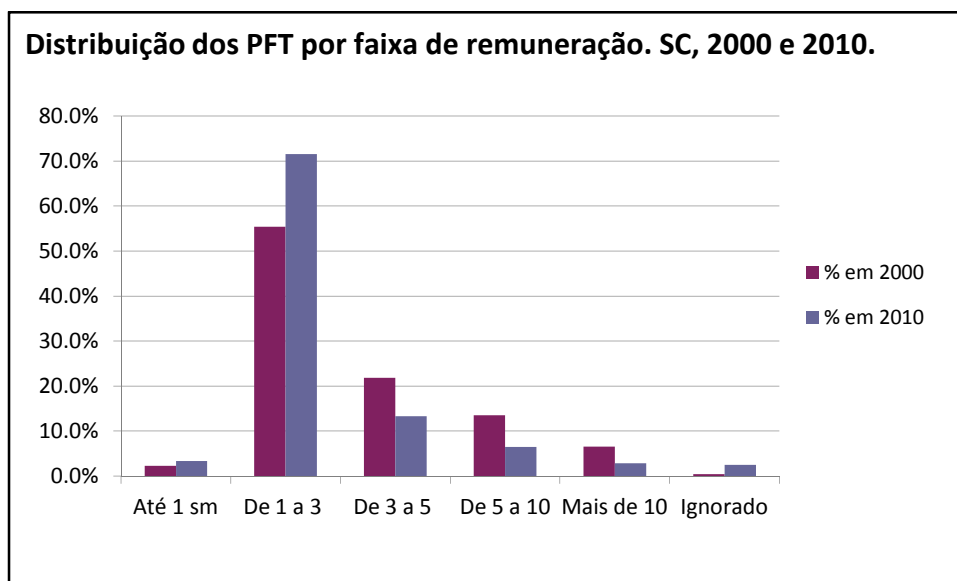
REMUNERAÇÃO	2000	%	2010	%	CRESC. A.A.
ATÉ 1	24.272	2	65.598	3	10,2%
DE 1 A 3	596.963	55	1.409.626	72	8,2%
MAIS 3 A 5	235.326	22	261.880	13	1,2%
MAIS 5 A 10	145.730	14	127.257	6	-0,5%
MAIS DE 10	70.754	7	55.910	3	-2,5%
IGNORADO	4.884	0	49.383	3	33,6%
Total	1.077.929	100	1.969.654	100	6,0%

Fonte: MTE/RAIS.

Na faixa de 1 a 3 salários mínimos no ano 2000 era onde se concentrava a maioria dos PFT, 55%, com 596.963, uma década depois a distribuição piorou, pois em 2010 a maioria dos PFT continua se concentrando nas faixas de 1 a 3 salários, só que agora abrigando 72% dos postos formais do estado nesta faixa, com um crescimento de 8,2% ao ano, dos quase 2 milhões de PFT do estado 1,5 milhões recebem entre 1 a 3 salários mínimos.

O gráfico facilita a visualização da discrepância entre as faixas de remuneração nos anos 2000 e 2010, observamos que após uma década a faixa de 1 a 3 salários mínimos absorveu a queda de postos formais das faixas de renda mais altas. A faixa de 3 a 5 salários mínimos que em 2000 absorvia 22% dos postos formais do estado, no final da década reduziu sua participação para 13%. As faixas de remuneração de 5 a 10 e acima de dez salários mínimos cresceram a uma taxa negativa de 0,5% e 2,5% ao ano, respectivamente.

Gráfico3: Proporção de PFT por faixa de remuneração nos anos de 2000 e 2010.



Fonte: MTE/RAIS.

Percebemos que houve um aumento dos postos de trabalho formais indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense. No entanto há uma concentração de mais de 70% dos PFT nas faixas de rendimento mais precárias, até três salários mínimos.

4.3 Contribuição das mesorregiões para o conjunto do emprego formal do estado

Com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), constatou-se que a evolução dos PFT regional ocorreu de uma maneira diferenciada. Mas os dados mostram que na primeira década do século XXI há uma tendência de estruturação do mercado de trabalho com o aumento dos postos formais de trabalho.

Em 2000, observa-se cerca de 1 milhão de empregos formais no estado; número que quase duplica nos dez anos seguintes. A média de crescimento entre 2000 e 2010 do estado é de 6% ao ano, a média das diversas regiões ocorreu de forma homogênea, com destaque para região do Vale do Itajaí, que cresceu acima da média estadual, aproximadamente 6,5% ao ano, foi também a mesorregião que mais criou postos de trabalho formais, com 267.950 em 2000 e em 2010 chegou a 514.309 postos formais. É na mesorregião do Vale do Itajaí que se encontram a maioria dos trabalhadores formais do estado, seguida pela mesorregião da Grande Florianópolis que cresceu a uma taxa de 6,2% ao ano, criando 186.724 novos postos formais de trabalho neste período.

Tabela 10: Distribuição dos PFT segundo mesorregiões de Santa Catarina nos anos de 2000 a 2010.

ANO	OESTE CATARINENSE	NORTE CATARINENSE	SERRANA	VALE DO ITAJAÍ	GRANDE FLORIANÓPOLIS	SUL CATARINENSE	TOTAL
2000	174.411	220.409	54.062	267.950	231.643	129.454	1.077.929
2001	189.890	230.314	59.222	288.482	241.749	146.055	1.155.712
2002	206.602	249.376	63.059	303.884	258.647	154.044	1.235.612
2003	217.177	260.138	66.042	320.371	267.720	160.959	1.292.407
2004	240.317	282.630	72.334	347.338	292.445	171.183	1.406.247
2005	253.936	286.620	73.350	377.170	315.095	180.798	1.486.969
2006	271.596	307.585	74.915	405.155	342.566	196.637	1.598.454
2007	289.980	328.390	77.297	431.657	365.837	204.639	1.697.800
2008	306.099	345.504	78.836	451.668	382.355	213.142	1.777.604
2009	313.301	353.933	79.535	474.156	394.268	223.141	1.838.334
2010	329.741	380.656	85.189	514.309	418.367	241.392	1.969.654
Tx. % a.a	6,4%	5,4%	4,1%	6,5%	6,2%	5,8%	6,0%

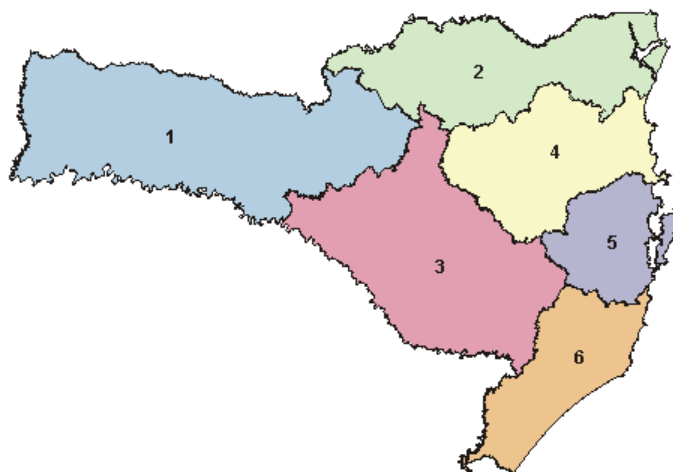
Fonte: MTE/RAIS.

A mesorregião do Oeste Catarinense está se equiparando com a do Norte Catarinense em quantidade de postos formais, pois esta última que em 2000 se focaliza entre as três mesorregiões com mais PFT. Esta região teve um crescimento de 5,4% entre os anos de 2000 a 2010, enquanto que a mesorregião do Oeste Catarinense cresceu a uma taxa superior de 6,4% ao ano, no período abordado gerou 155.330 novos postos de trabalho formais, quase a mesma quantidade que a região norte catarinense gerou no mesmo período, 160.247 novos PFT.

A mesorregião Sul Catarinense também ultrapassa a mesorregião Norte em termos de crescimento, mas não em números absolutos de PFT. Por fim, a mesorregião Serrana cresceu a uma taxa de 4,1%, com 54.062 postos formais em 2000 para 85.189 em 2010. Esta é a mesorregião menos dinâmica, em termos de criação de PFT, do estado de Santa Catarina.

Santa Catarina caracteriza-se por ser um estado diversificado tanto culturalmente como economicamente. Sua formação heterogênea, estruturada pela miscigenação de várias etnias, culminou em uma distribuição, pelas mesorregiões do Estado, de atividades produtivas diversas, de acordo com as características físicas das regiões. Sendo a agropecuária, os serviços e a indústria, setores presentes em todo o estado.

Figura 1 – Mesorregiões geográficas de Santa Catarina.



Fonte: ICEPA

- 1 (Oeste Catarinense); 2 (Norte Catarinense); 3 (Serrana); 4 (Vale do Itajaí); 5 (Grande Florianópolis); 6 (Sul Catarinense).

A figura 1 representa o estado catarinense e cada uma das suas seis mesorregiões que serão caracterizadas e analisadas a seguir.

A mesorregião do Oeste Catarinense caracteriza-se por uma economia voltada para a produção agrícola e de alimentos. O milho é o principal produto agrícola e o estado é responsável por grande parte da produção de grãos do país. A região é agrário-exportadora de aves e suínos e tem as demais atividades industriais como apoio para esse segmento produtivo (tais como a produção de ração para os animais).

Desse modo o emprego formal na **região Oeste** é baseado nas atividades da indústria de transformação agroexportadora, uma vez que, as atividades rurais são em grande parte realizadas sem vínculos de emprego formalizados e muitas vezes baseada na produção familiar. A indústria de transformação absorvia em 2000, 28,6% do total do emprego na região, diminuindo sua participação em 2010 para 26,7%. Nesta atividade destacam-se os subsetores da indústria da madeira e predominantemente a indústria de alimentos e bebidas, responsável por 13% de todo o emprego industrial da região em 2010, mas que vem se tornando cada vez menos expressivas (Tabela 1 do Anexo 1).

Os setores de comércio e serviços absorvem juntos cerca de 34% do emprego formal no Oeste, ocorrendo uma queda de participação no emprego destes setores que nos anos de 1990 somava quase 40%. A administração pública mantém uma participação relativa baixa, absorvendo em 2010 apenas 7,35 % do total do emprego formal. A construção civil, apesar da baixa participação, teve um crescimento do

emprego, passando de 7,4 mil empregos no começo da década de 2000, para 18,4 mil empregos formais em 2011. O setor de transportes e comunicações vem ganhando forças com uma participação de 5,35% em 2010 contra 3,80% do total do emprego formal nos anos 2000.

A **região Norte** de Santa Catarina é uma das mais desenvolvidas do estado. É lá que se situa o maior parque industrial do estado e as grandes indústrias do setor eletro-metal-mecânico. Em Jaraguá do Sul, cidade desta região, esta implantada um dos maiores fabricantes de motores do mundo. Joinville, maior cidade da região e do estado, é sede do terceiro pólo industrial do sul do Brasil. E São Bento do Sul, localizada no extremo norte do estado, possui uma indústria moveleira caracterizada por ser a maior exportadora de móveis do país.

Na tabela 2 (anexo 2), observamos que o setor da indústria da madeira e do mobiliário, o qual absorvia 7,53% dos empregos formais em 2000, sofreu uma queda 3,23% ao longo da década. No entanto, o comércio agregou um crescimento no período, atingindo 13,80% do total do emprego formal em 2010; vem consolidando ganhos em espaço de mercado. Caso contrário é o do setor agrícola, que permaneceu estagnado na soma de 1,09%.

A indústria da madeira, juntamente com a do papel, papelão, editorial e gráfica somaram expressivas perdas no agregado dos empregos formais, visto que em 2000 esses setores representavam 25,8% e passaram a representar somente 11,8% em 2010.

Outros setores abalados pela queda na representação dos empregos formais foram os serviços, a administração pública, a agricultura e a indústria de transformação, sendo que esta última reduziu sua expressividade quase pela metade.

A única atividade, que provou uma pequena expansão na composição dos empregos totais, é determinada pela construção civil, na qual houve um aumento de 0,31 pontos percentuais observado. Dessa forma a **Região Serrana** se caracterizou pela queda de representatividade, da maioria dos setores, na composição dos empregos formais, principalmente das atividades industriais (tabela 3 do anexo 3).

A região do **Vale do Itajaí**, fortemente influenciada pela presença de imigrantes europeus provenientes de regiões industriais da Alemanha, tem como base de sua produção econômica a indústria têxtil. Nos últimos anos tem crescido em serviços ligados aos setores de desenvolvimento de softwares caracterizando-se como uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do Estado.

Entre 2000 e 2010 o emprego formal na região do Vale do Itajaí mais do que duplicou, puxado pelo emprego industrial e fortemente pelos serviços, que passaram de uma participação relativa de 19,7% para 21,4% (Tabela 4 do anexo 4).

A indústria tradicional têxtil empregava em 2000 cerca de 63 mil trabalhadores e passou a empregar 102 mil em 2010. Apesar do aumento em números absolutos, este setor representava em 2000, 18,1% do total de empregos formais da mesorregião, porcentagem que em 2010 diminuiu para 15,8%.

A indústria de transformação perdeu um pouco de seu peso no total do emprego do Vale do Itajaí, passando de 32,8% em 2000 para 30,7% em 2010. A proporção é compensada pelo aumento dos postos formais nos setores de comércio e serviços, seguindo a dinâmica de tercerizações das demais mesoregiões.

A **região da Grande Florianópolis** também seguiu o padrão de aumento do setor terciário. Por ser uma região de praias, na qual o turismo desenvolveu-se fortemente, o comércio e os serviços são atividades econômicas essenciais para sustentar a infra-estrutura de restaurantes, hotéis e atividades de lazer que esta região proporciona.

Pela análise da Tabela 5 (anexo 5), percebe-se que o setor de serviços sofreu uma evolução dos postos de trabalho entre 2000 e 2005. De um estoque de 33 mil empregos formais, os serviços atingem em 2010 um número de 39 mil empregos. A mesma evolução tem o comércio, que absorveu em 2010, 18% do total do emprego da Grande Florianópolis.

Florianópolis, como capital de Santa Catarina, é responsável pelo maior número de trabalhos públicos do estado, uma vez que é sede de todo o centro administrativo do governo estadual. Observa-se que em 2000 a administração pública era a atividade de maior peso no emprego formal, com 36% do total das ocupações. Em 2010, devido às dificuldades de se aumentar o quadro funcional público nos últimos anos, este número já é menor, apenas 23%.

A **região Sul Catarinense**, que era responsável em 2000 por cerca de 228 mil empregos do total do emprego formal no estado, número que duplicou em 2010 é a última região a ser analisada.

Por ter sido uma região rica em carvão, suas atividades econômicas eram baseadas nas atividades de extração mineral. Porém devido a retração desta atividade nos últimos anos, alguns setores da indústria de transformação vieram se desenvolvendo, tais como as indústrias de cerâmica, plásticos e de geração de energia (Usina Jorge Lacerda).

Como se observa na Tabela 6 (anexo 6), o setor extrativo mineral perdeu postos de trabalho nestes últimos anos. De uma participação de 2,9% sobre o total do emprego formal em 2000 a atividade passa a concentrar apenas 1,8% do total do emprego formal.

Observamos em contrapartida um aumento no emprego industrial, alavancado pela indústria cerâmica, de plásticos e confecções. Apesar do emprego industrial, ter passado de uma participação de 38% em 2000 para 36% em 2005. A atividade comercial sofre uma significativa evolução, somando 24,4% do total do emprego da região. Os serviços, apesar do incremento bruto no emprego, mantem sua participação quase inalterada, somando também 24% das ocupações formais.

O processo de acumulação flexível que envolve mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, já foi observado entre os setores da economia. Com a análise mesorregional, podemos verificar que essa mudança do padrão de desenvolvimento desigual também ocorre nas regiões geográficas, as mesorregiões do Vale do Itajaí e Serrana têm padrões de desenvolvimento bem desiguais, a primeira mesorregião é muito mais desenvolvida e é a região com mercado de trabalho mais protegido do estado, dentre as seis mesorregiões a Serrana é a que menos ampliou os empregos formais, nesta a única atividade que expandiu os postos formais foi a construção civil, as outras atividades obtiveram queda de PFT.

5 Conclusões e principais tendências

Os dados mostram que na primeira década do século XXI houve uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina. Os empregados e os empregadores, foram as que obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 4,1%, respectivamente. Além disso, as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas entre os anos abordados. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria, 16,4% da PEA, e os empregados domésticos, por exemplo, ainda têm sua maioria fora do mercado protegido.

Com base nos dados da PNAD observamos uma tendência nos grandes setores de atividade entre os anos 2002 e 2009. Em 2002 a agricultura que era a atividade com

mais pessoal ocupado no estado, apresentou taxas negativas entre os anos de 2002 a 2009, caindo sua participação na geração global de emprego. A indústria teve uma taxa de crescimento positiva, entretanto, no que se refere à participação no total de ocupações do estado permaneceu proporcionalmente a mesma. Todo o declínio na geração de emprego do setor primário foi compensado pelo aumento da participação dos diversos ramos de atividades do setor de serviços. Dentro deste grande setor, observamos que comércio e reparação é atividade que mais absorve a mão-de-obra que migra da agricultura e dos setores industriais.

Apesar da taxa de desemprego aberto de Santa Catarina, calculada a partir dos dados da PNAD, estar em um patamar inferior à do Brasil, verificamos que a taxa de desemprego do estado segue a mesma tendência da taxa de desemprego aberto do país.

Os dados mostram que em 2009 50,9% da PEA está no mercado de trabalho protegido e que 67 mil pessoas saíram do mercado de trabalho informal entre os anos de 2002 e 2009. Com relação ao mercado formal, segundo os dados da RAIS, o número de PFT quase dobrou entre os anos 2000 e 2010, sendo que a mulher passou a participar mais do mercado de trabalho formal catarinense, uma vez que o número de mulheres ocupando os postos formais cresceu acima da média estadual e acima da média masculina também. Apesar do aumento dos postos de trabalho formais indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, mais de 70% dos PFT se concentram nas faixas de rendimento mais precárias, até três salários mínimos.

Com relação aos ramos de atividades, os dados mostram que todas as atividades aumentaram em termos absolutos sua participação na geração de empregos formais. No entanto, no que diz respeito à participação relativa, com exceção da construção civil, do comércio e dos serviços, o restante das atividades econômicas reduziram a taxa de participação na composição do emprego formal no estado. O setor de comércio foi responsável pela absorção de grande parte dos PFT, entre 2000 e 2010 a sua taxa de participação relativa aumentou 3,2 pontos percentuais.

As mesorregiões que mais contribuíram para a geração de empregos formais para o estado de Santa Catarina foram o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Oeste catarinense, cresceram a taxas acima da média estadual, 6% ao ano. Já mesorregião Serrana é a região menos dinâmica do estado e, portanto, a que menos gerou PFT.

6 Avaliação sobre os Benefícios da Iniciação Científica

Através do programa de iniciação científica pude ter contato com uma das áreas de atuação do economista, profissão que pretendo seguir, que é a de pesquisa. Essa pesquisa me permitiu conhecer melhor a realidade socioeconômica do estado de Santa Catarina, onde nasci e onde vivo, conhecer o mercado de trabalho catarinense, identificar as mesorregiões e os setores de atividade mais dinâmicos, o grau de qualificação dos catarinenses e a distribuição de renda.

Além de desenvolver a escrita, o projeto de pesquisa nos prepara para a monografia no sentido de ter contato com a estrutura de um trabalho acadêmico, se familiarizar com a pesquisa tanto a bibliográfica quanto a empírica, conhecer as bases de dados, aprender a manipular esses dados.

Todo esse aprendizado que a iniciação científica nos proporciona é complementar a sala de aula, é uma experiência que todos os acadêmicos deveriam ter.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: _____. Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade**.2006a.cap. 7. p.401. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf>.

MATTEI, Lauro F. ; Niederle, Sidnei ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI**. 2012.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil.**Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil.**IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.

POCHMANN, Márcio.**A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.

Anexos

Anexo 1: Tabela 1: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Oeste Catarinense, 2000 - 2010.

Setores e subsetores selecionados	2000	%	2010	%
Indústria da madeira e do mobiliário	14.570	6,34	17.007	4,01
Indústria de produtos alimentícios e bebidas	32.246	14,04	55.072	12,99
Transportes e comunicações	8.732	3,8	22.693	5,35
Total indústria de Transformação	65.701	28,6	113.212	26,7
Serviços industriais de utilidade pública	1.699	0,74	2.259	0,53
Construção civil	7.469	3,25	18.474	4,36
Comércio	30.284	13,18	67.361	15,88
Serviços	39.109	17,02	78.779	18,58
Administração pública	17.832	7,76	31.175	7,35
Agricultura, silvicultura, criação de animais	12.085	5,26	18.036	4,25
Total	229.727	100	424.068	100

Fonte: MTE/RAIS.

Anexo 2: Tabela 2: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Norte Catarinense, 2000 - 2010.

Setores e subsetores selecionados	2000	%	2010	%
Indústria metalúrgica	14.121	4,87	26.223	5,39
Indústria mecânica	13.312	4,6	25.297	5,2
Indústria da madeira e do mobiliário	21.825	7,53	20.945	4,3
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	21.816	7,53	36.366	7,47
Total Indústria de transformação	106.691	36,83	168.972	34,72
Construção civil	4.917	1,7	12.215	2,51
Comércio	32.083	11,08	67.172	13,8
Serviços	56.228	19,41	95.491	19,62
Administração pública	15.526	5,36	28.754	5,91
Agricultura, silvicultura, criação de animais	3.168	1,09	5.291	1,09
Total	289.687	100	486.726	100

Fonte: MTE/RAIS.

Anexo 3: Tabela 3: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Região Serrana, 2000 - 2010.

Setores e subsetores selecionados	2000	%	2010	%
Indústria da madeira e do mobiliário	7.881	17,81	7.694	8,01
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	3.535	7,99	3.656	3,81
Total Indústria da transformação	16.273	36,77	20.903	21,75
Construção civil	1.415	3,2	3.372	3,51
Comércio	9.126	20,62	19.061	19,84
Serviços	12.951	29,26	19.387	20,18
Administração pública	7.126	16,1	12.163	12,66
Agricultura, silvicultura, criação de animais	6.508	14,7	9.848	10,25
Total	44.260	100	96.084	100

Fonte: MTE/RAIS.

Anexo 4: Tabela 4: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Vale do Itajaí, 2000 - 2010.

Setores e subsetores selecionados	2000	%	2010	%
Indústria da madeira e do mobiliário	11.044	3,17	11.625	1,8
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	63.246	18,13	102.448	15,88
Indústria de produtos alimentícios, bebidas	9.647	2,77	20.869	3,24
Total Indústria de transformação	114.752	32,89	198.626	30,79
Construção civil	7.861	2,25	22.412	3,47
Comércio	50.010	14,33	106.852	16,56
Serviços	69.025	19,78	138.023	21,4
Administração pública	19.532	5,6	38.909	6,03
Agricultura, silvicultura, criação de animais	3.771	1,08	5.286	0,82
Total	348.888	100	645.050	100

Fonte: MTE/RAIS.

Anexo 5: Tabela 5: PFT por setores selecionados de atividade econômica. Grande Florianópolis, 2000-2010.

Setores e subsetores selecionados	2000	%	2010	%
Indústria de transformação	19.797	8,65	43.528	10,47
Serviços industriais de UP	3.173	1,39	7.593	1,83
Construção civil	11.005	4,81	23.419	5,63
Comércio	34.341	15	77.778	18,71
Serviços	77.786	33,97	164.544	39,59
Administração pública	82.866	36,19	98.778	23,77
Total	228.968	100	415.640	100

Fonte: MTE/RAIS.

Anexo 6: Tabela 6: PFT por setores selecionados de atividade econômica. Sul Catarinense, 2000 - 2010.

Setores econômicos	2000	%	2010	%
Extrativa mineral	3.749	2,99	4.461	1,88
Indústria de transformação	48.079	38,38	85.355	36,02
Construção civil	4.852	3,87	9.153	3,86
Comércio	25.878	20,66	57.664	24,34
Serviços	32.342	25,82	57.839	24,41
Administração pública	10.380	8,29	22.479	9,49
Total	125.280	100	236.951	100

Fonte: MTE/RAIS.